

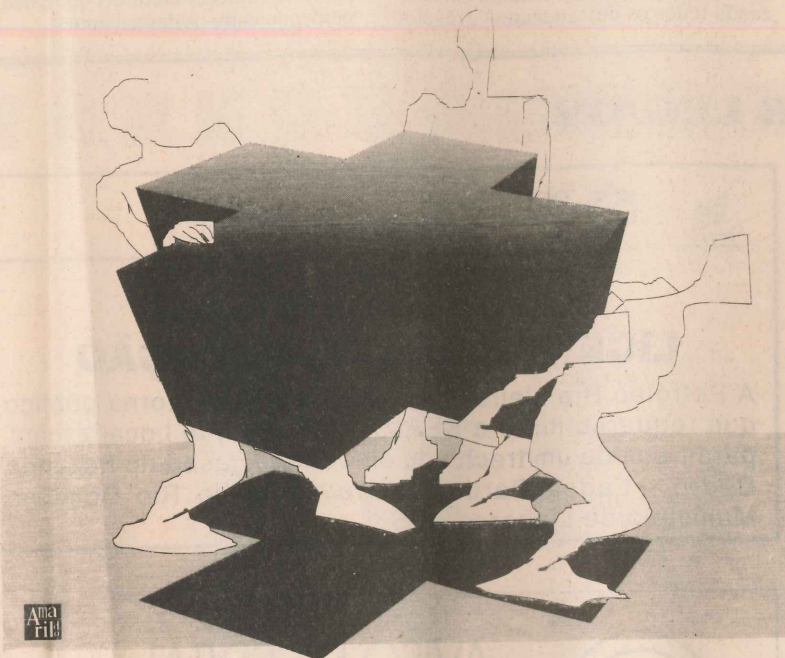
Linhares implanta projeto alternativo de saúde

Danilo Salvadeo

Linhares (Sucursal) - Através de uma parceria com as associações de moradores e com a previsão de oferecer atendimento médico ambulatorial nos setores de pediatria e clínica geral, beneficiando 7.500 pessoas a cada 1.500 residências, a Prefeitura de Linhares está implantando, a partir de uma experiência de cinco meses no Bairro da Conceição, um projeto de saúde pública, que se constitui em alternativa para superar as dificuldades com o Sistema Único de Saúde (SUS), que na prática nunca funcionou.

Idealizado pelo médico José Anselmo Pimenta Lofêgo, secretário municipal de Saúde, o

projeto intitulado "Saúde pela Comunidade", no entanto, foi objeto de críticas por parte da presidente da Associação de Moradores do município (Famopol), Sandra Mara Nunes. Segundo ela, a proposta contraria a Lei Estadual 8.080 ao exigir que cada morador associado pague uma taxa mensal no valor de 10% do salário mínimo, além de beneficiar a classe médica, gratificando o profissional contratado com 35% sobre o piso salarial, por produtividade. Outra irregularidade apontada é o limite de construção das unidades sanitárias, a cada 1.500 residências, deixando de fora, por exemplo, a região de Bebedouro, que concentra cerca de mil habitações.



Federação critica o programa

Linhares (Sucursal) - A Famopol, entidade que congrega todas as associações de moradores de Linhares, contestou a implantação do projeto Saúde pela Comunidade. Segundo a presidenta Sandra Mara Nunes, a associação do Bairro Conceição errou ao assumir o gerenciamento da saúde e por isso foi criticada até pelo Conselho Municipal de Saúde. Ela criticou a cobrança de mensalidade ao associado, para que ele tenha direito aos serviços no posto de saúde.

Segundo ela, no Bairro Novo Horizonte, o posto de saúde atende a moradores de todos os recantos da cidade, inclusive os do Bairro Conceição, não associados. O caso do Bairro Conceição será discutido em reunião da Famopol, amanhã. O médico José Anselmo Lofêgo, após

revisar o projeto mais uma vez, antes de ser enviado para aprovação na Câmara, se revoltou com as críticas e acabou pedindo demissão do cargo de secretário de Saúde.

Nílson Bissoli, vice-presidente da Associação do Bairro Conceição, fundada em 1987, disse que o atendimento médico sempre foi a sua maior preocupação e por isso foram priorizadas temporariamente as atividades nesse setor, com a associação gerenciando a unidade sanitária. O primeiro reflexo, argumenta, foi a elevação do quadro de associados para cerca de mil pessoas, reconhecimento da associação em todo o município, e até fora, com várias prefeituras interessadas na adoção do projeto, que "só veio fortalecer o movimento comunitário".

Comunidade gerencia atendimento

Linhares (Sucursal) - Descentralizar o SUS sempre foi a maior preocupação do secretário municipal de Saúde em Linhares, José Anselmo Pimenta Lofêgo, há um ano no cargo e sentindo na prática as dificuldades para a implantação do sistema. Ao tomar conhecimento do interesse da Associação de Moradores do Bairro Conceição em levar a seus associados atendimento médico, foi proposta a parceria, com a prefeitura cedendo funcionários, médicos e auxiliares de enfermagem e a comunidade passando a gerenciar a unidade de saúde do bairro.

Bastaram cinco meses para a experiência dar certo e surgir o projeto Saúde pela Comunidade, recolocando a idéia do SUS à disposição de todas as associações de moradores do município. A cada 1.500 residências a prefeitura se propõe a instalar um posto de saúde, beneficiando cerca de 7.500 pessoas. As unidades prestarão atendimento médico e serviços de curativos, aplicação de injeções, nebulizações e distribuição dos medicamentos da Ceme.

Na primeira fase serão criados o Conselho e Fundo local de Saúde e na segunda, o município se incumbem de alugar ou construir instalações para os postos, equipando as unidades e cadastrando a população circunvizinha. A polêmica com a Famopol começou quando o

projeto passou a exigir a contratação, pela prefeitura, por unidade sanitária, a cada 500 famílias associadas, dois médicos (clínico geral e pediatra) e um auxiliar de enfermagem. Caso o número de famílias atinja a mil, novas contratações serão feitas até o máximo de quatro médicos e dois auxiliares de enfermagem.

Na tribuna livre da Câmara de Vereadores, a presidente da Famopol, Sandra Mara Nunes, disse que o projeto é corporativo da classe médica e que a função das associações de moradores não é contratar pessoal para gerenciamento de postos de saúde. Pelo projeto, o médico terá uma gratificação de 70% sobre o piso salarial (R\$ 354,81), sendo 35% por pontualidade ao serviço e 35% por produtividade, com o registro desse último item se iniciando a partir de 260 consultas por mês, o que equivale a 13 consultas/dia.

Se houver pouca demanda por consultas, o médico poderá substituir as 13 consultas diárias por sete visitas domiciliares, para garantir a produtividade. Para os auxiliares de enfermagem, a gratificação sobre o piso (R\$ 150,46) será de 10% para cada item. Cada associação contratará para cada 300 famílias associadas um agente de saúde, até o máximo de quatro agentes para cada 1.500 famílias.